



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA**

PRM-BJL-BA-00003969/2021

**Autos nº 1.14.015.000129/2018-45****Espécie: Procedimento Administrativo****DESPACHO**

Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o processo de regularização fundiária, em benefício da comunidade indígena Tuxá de Ibotirama/BA, com base em Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre MPF, CHESF e FUNAI, em especial quanto à aquisição e à disponibilização de 860 ha de terras (Portaria evento 2).

No evento 1, constam documentos extraídos dos autos do IC 1.14.003.000041/2008-91.

Manifestação da indígena da Aldeia Tuxá de Ibotirama Edineide Barros de Oliveira Silva, noticiando a mora da FUNAI em distribuir as terras aos indígenas (evento 5).

Por meio do ofício CE-Chesf-DGRP-0276/2019 a CHESF informou que a questão noticiada pela indígena Edineide foi tratada e resolvida nos autos da ACP nº 1999.33.00010342-0, que tramitou perante a 16ª Vara Federal da Subseção Judiciária do Estado da Bahia, no qual foi homologado Termo de Ajustamento de Conduta.

Quanto à questão específica apontada por Edineide, a CHESF informou que o tema envolve eventual disputa de terras na aldeia Tuxá de Ibotirama, cujo desfecho foge da atribuição da Companhia, haja vista que a terra lá existente já integra o patrimônio da União, sob os cuidados da FUNAI (evento 9).

Sobre a questão da compra das terras restantes destinada às novas Famílias Tuxá, fruto do acordo firmado pela CHESF/FUNAI/MPF – 6ª CCR e as Comunidades Indígenas Tuxá, a FUNAI informou:



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE BOM  
JESUS DA LAPA

Avenida Ahylon Macedo, Nº 3.086, Vila Rica - CEP  
47813000 - Barreiras-BA  
Telefone: (77)36147400  
[www.mpf.mp.br/mpfservicos](http://www.mpf.mp.br/mpfservicos)



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA

1. Portanto, passamos a informar a respeito sobre a questão da compra das terras restante destinada as novas Famílias Tuxá, fruto de um **acordo firmado pela CHESF/FUNAI/MPF- 6ª. Câmara e às Comunidades Indígenas Tuxá/Ibotirama/BA, Rodelas/BA e Inajá/PE**, até o presente momento, não temos uma definição sobre a compra das mesmas pela FUNAI e de quando será criado um " **Grupo de Trabalho** " com a finalidade de abrir negociações com: o Povo Tuxá e proprietários interessados em negociar suas terras e assim definir sua localização de acordo os interesses de seus beneficiados. Mesmo sabendo-se, que todo o processo da compra da terra, além dos Tuxá de Ibotirama estão incluídos os grupos Tuxá de Rodelas e Inajá, que gozam dos mesmos direitos e também aguardam solução de suas terras.
2. Esta Coordenação da CTL/FUNAI em Ibotirama/BA, tem encaminhado em anos anteriores documentos de terrenos acompanhado de pedido para compra das terras de propriedades que estão a venda, e de preferência dos mesmos localizados à margem do Rio São Francisco, porém ainda não obtivemos resposta neste sentido. Assim, como a Indígena Edineide Barros, tem feito cobrança para compra das terras os demais indígenas encontram-se na mesma situação e se mantém aguardando para o momento apropriado.
3. Em data recente, encaminhamos para CR-BSF/FUNAI-Paulo Afonso/BA, nosso Memorando nº. 13/2020-CTL Ibotirama de 25 de junho de 2020, atendendo o pleito da referida em nome da " Família Barros" com uma relação nominal de seus familiares pedindo para FUNAI a transferência e a compra de suas terras para os municípios de Gurupí e/ou Formoso do Araguaia localizados no estado do Tocantins, local onde os mesmos já tem familiares situados naquela região, sendo que na ocasião colocamos a questão compra para todos em geral às 46 famílias restante do grupo Tuxá de Ibotirama, sendo as reivindicações encaminhado para o **Setor Fundiário da FUNAI/Brasília**, que até o presente momento não se posicionou a respeito do caso.
4. Em questão das terras adquiridas para os Caciques Tuxá: Gilberto Barros e Adenilton de Oliveira, a fim de reassentar essas famílias Tuxá/Ibotirama, não foi na minha gestão, mas as negociações se deram com o acompanhamento do Setor Fundiário/BSB e a CR -BSF, e as terras do **projeto denominado Beira-Rio que é na faixa de 01 hectare por família, trata-se de um projeto experimental que foi loteado pela CHESF para as 96 famílias originárias oriundas de cadastro no ano de 1986 quando aqui chegaram e que foram beneficiadas, enquanto aguardava a conclusão do**

	<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA</b>	Avenida Ahylon Macedo, Nº 3.086, Vila Rica - CEP 47813000 - Barreiras-BA Telefone: (77)36147400 <a href="http://www.mpf.mp.br/mpfservicos">www.mpf.mp.br/mpfservicos</a>
--	--	---



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA

projeto por aspersão o qual não foi concluído, inclusive a família da mesma (Edineide) foi beneficiada com lotes, mas se desfizeram e hoje encontram-se sem esse apoio pra tocar as roças de subsistência, porém, esses lotes deixados pelas famílias do Cacique Gilberto e Adenilton que talvez Edineide Barros esteja se referindo, ainda são objetos de análise para o futuro GT se posicionar a respeito do repasse deste lotes para as novas famílias que ainda não receberam suas terras. E, em referência a Recibos de compra e Vendas destes lotes que a mesma alega terem sido lavrados por esta CTL (Donizete) tenho a esclarecer que não consta nesta Coordenação tais documentos neste sentido, uma vez que a época não estava a frente dos trabalhos (Chefia) desta Coordenação.

5. A referida Indígena em questão Edineide Barros pela segunda vez, vem fazendo denúncias neste MPF/BJL sobre o desmatamento da Área Indígena por parte dos seus moradores, fato que não condiz com a verdade e não está confirmado perante esta comunidade que não aprovam as suas denúncias e provocações contra as famílias e a própria FUNAI que a mesma em seus ataques faz questão de menosprezar este Órgão, na primeira denúncia que a mesma fez acusa os moradores da aldeia de estarem desmatando esta área, na ocasião foi apurado por esta Coordenação Local junto aos caciques e lideranças e os mesmos desaprovaram tais denúncias e ficou comprovado que não havia corte de madeira e que algumas madeiras de estacas para cercas que apareceram na aldeia estavam sendo compradas pelos mesmos e transportadas até aldeia vinda de uma área de reforma para assentamento de moradores não índios distante alguns quilômetros desta Área Indígena.

A 6ª CCR encaminhou o OFÍCIO nº 290/2019/6ªCCR/MPF em que constam informações sobre propriedades cujas inscrições no Cadastro Ambiental Rural (CAR) estão sobrepostas a Terras Indígenas, em diferentes fases de regularização e a áreas com restrição de uso, nos estados em que for o caso (documentos 20 e 21).

Em manifestação exarada em 28.09.2021, Ofício nº 1446/2021/PRES/FUNAI, a FUNAI, reiterando informações prestadas anteriormente, informou:

[...]

3. A questão envolvendo o povo Tuxá reporta ao Termo de Ajustamento de Conduta-TAC firmado entre o Ministério Público Federal, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf, FUNAI, a União, a Secretaria



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE BOM  
JESUS DA LAPA

Avenida Ahylon Macedo, Nº 3.086, Vila Rica - CEP  
47813000 - Barreiras-BA  
Telefone: (77)36147400  
[www.mpf.mp.br/mpfservicos](http://www.mpf.mp.br/mpfservicos)



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA

Especial de Direitos Humanos e a Comunidades Indígenas Tuxá de Ibotirama, Rodelas, e Inajá, em agosto de 2004, e aditado no mês de novembro de 2006, em decorrência da construção da **Hidrelétrica de Luiz Gonzaga (Itaparica)**, que afetou a comunidade indígena Tuxá como um todo.

4. O histórico de atendimento às famílias encontra-se expresso detalhadamente no Ofício Presidência 932 (2159590), encaminhado nos autos do **processo nº 08620.008802/2013-03** à Procuradoria da República no Município de Paulo Afonso - BA, que questionou o cumprimento dos termos firmados no TAC para atendimento às família Tuxá de Rodelas.

5. Ocorre que, conforme exposto no Ofício Presidência 932 (2159590) e na Informação Técnica 115 (3412669), o **valor depositado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf (R\$4.982.000,00 (quatro milhões novecentos e oitenta e dois mil reais), para atendimento a todo o povo Tuxá (Ibotirama, Rodelas, e Inajá) é considerado insuficiente frente ao número de família afetas ao acordo.**

6. Assim, cientes de que o Ofício nº 452/2021/GAB/PRM/BJL-RRL (3392578) trata da situação envolvendo o povo Tuxá de Ibotirama, ressalta-se que o valor depositado pela CHESF deve ser empregado também no atendimento às famílias Tuxá de Rodelas e Tuxá de Inajá.

7. Por essa razão, diante das recorrentes cobranças do MPF e das dificuldades que esta Fundação vem enfrentado no reassentamento das famílias Tuxá de Rodelas, houve o Ofício Presidência 932 (2159590) àquele parquet:

Qual o entendimento do Ministério Público Federal no tocante a aquisição de outra área, que não a especificada no Decreto de Interesse Social de 13/03/2014, respeitados todos os ditames legais e regimentais para a eleição desta, e posterior deliberação junto à Comunidade Indígena Tuxá de Rodelas? É possível oferecer à Comunidade Indígena Tuxá de Rodelas, em detrimento da aquisição de área de terras, uma compensação financeira, consubstanciada no rateio entre as famílias do saldo disponível na data atual, daquele valor depositado pela CHESF em 2007?

8. Portanto, considerando que, até então, esta CGAF não recepcionou resposta aos questionamentos citados acima, os quais são de suma importância para a tomada de decisão e planejamento das ações da Funai com vistas ao atendimento às famílias Tuxá; e considerando que o

	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA</p>	<p>Avenida Ahylon Macedo, Nº 3.086, Vila Rica - CEP 47813000 - Barreiras-BA Telefone: (77)36147400 <a href="http://www.mpf.mp.br/mpfservicos">www.mpf.mp.br/mpfservicos</a></p>
--	--	---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA**

orçamento desta Fundação no Plano Orçamentário 004, destinado à aquisição de imóveis para constituição de Reservas Indígenas no presente exercício foi de R\$ 2.256.000,00 (dois milhões duzentos e cinquenta e seis mil reais) para atendimento a famílias indígenas em situação de vulnerabilidade distribuídas em todo o território nacional, vimos reiterar a necessidade resposta ao Ofício Presidência 932 (2159590).

**É o relatório. O arquivamento é a medida que se impõe.**

Segundo consta na Portaria de Instauração do presente PA, o objeto de investigação consiste em acompanhar o processo de regularização fundiária, em benefício da comunidade indígena Tuxá de Ibotirama/BA, com base em **Termo de Ajustamento de Conduta** firmado entre MPF, CHESF e FUNAI, em especial quanto à aquisição e à disponibilização de 860 ha de terras.

Da análise dos autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público Federal, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf, FUNAI, a União, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e **Comunidades Indígenas Tuxá de Ibotirama**, Rodelas, e Inajá, nos autos da **Ação Civil Pública nº 1999.33.00010342-0** (número atual 0010342-36.1999.4.01.3300).

Em decisão exarada no dia 22.08.2018, o MM. Juiz fez constar no relatório que em relação a *"Comunidade Tuxá Ibotirama Assevera que cumpre à FUNAI explicitar e comprovar quais medidas estão sendo adotadas para a solução do impasse entre as lideranças da comunidade indígena na escolha do imóvel."*

Na parte dispositiva, o magistrado determinou que:

[...] diante das informações prestadas pela FUNAI, e considerando-se que não há informações precisas acerca do atendimento, ainda que parcial, à comunidade Tuxá Inajá, mantenho, por ora, os valores que remanescem depositados em juízo bloqueados, até ulterior deliberação. **Determino** a expedição de **ofício à Caixa Econômica Federal**, requisitando a **apresentação de extrato atualizado dos valores depositados em conta à disposição deste juízo, incluindo os rendimentos auferidos desde o depósito realizado.**

Intime-se a FUNAI para, no prazo de 30 (trinta) dias, esclarecer os termos



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE BOM  
JESUS DA LAPA

Avenida Ahylon Macedo, Nº 3.086, Vila Rica - CEP  
47813000 - Barreiras-BA  
Telefone: (77)36147400  
www.mpf.mp.br/mpfservicos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA**

do TAC firmado entre o DNOCS e a FUNAI para destinação de área com 364,1925 há, situada no Perímetro Irrigado Moxotó, Município de Inajá/PE, bem como informar se há coincidência entre as famílias contempladas no mencionado TAC e as famílias alcançadas pelo Termo de Compromisso firmado nessa ação.

**Acato, ainda, o pedido formulado pelo MPF, determinando que a FUNAI apresente relatórios trimestrais a respeito do andamento das negociações para a aquisição do imóvel destinado à comunidade Tuxá Ibotirama."**

Com as informações prestadas acima, verifica-se que o cumprimento das medidas para continuar a política de regularização fundiária da Terra Indígena Tuxá Ibotirama está sendo acompanhando na Ação 1999.33.00010342-0 (número atual 0010342-36.1999.4.01.3300 - 16ª Vara Salvador). Ressalte-se que, em 13.11.2019, foi determinada a remessa dos autos à Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA.

Reforça-se que o atendimento do pleito da indígena Edineide Barros de Oliveira depende de resolução das questões levadas a efeito na Ação Civil Pública acima informada.

Nesse sentido, constata-se que a questão versada nestes autos está judicializada, não havendo utilidade na manutenção da tramitação do presente PA, impondo-se o seu arquivamento, consoante o Enunciado nº 6, da 1ª CCR, aqui usado analogicamente:

Enunciado nº 6: Questão judicializada. Cabível a homologação do arquivamento quando o objeto do procedimento ou do inquérito civil, inclusive sob a perspectiva territorial, esteja sob apreciação do Poder Judiciário e, nas ações em trâmite na Justiça Federal, atue o Ministério Público Federal como (co)autor ou interveniente.

Ante o exposto, com amparo no art. 11 da Resolução nº 174/2017 do CNMP, **PROMOVO O ARQUIVAMENTO** deste Procedimento Administrativo, sendo desnecessária a remessa dos autos para homologação do arquivamento, conforme estabelece o art. 12 da Resolução nº 174/2017 do CNMP.



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA NO  
MUNICÍPIO DE BOM  
JESUS DA LAPA

Avenida Ahylon Macedo, Nº 3.086, Vila Rica - CEP  
47813000 - Barreiras-BA  
Telefone: (77)36147400  
www.mpf.mp.br/mpfservicos





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA**

---

Apesar de o procedimento ter sido instaurado com base no encaminhamento de cópia do TAC, entendo necessário a **cientificação** de Edineide Barros de Oliveira (documento 5) sobre esta decisão, conferindo-lhe a faculdade de apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 13 da Resolução 174 do CNMP.


Comunique-se à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Barreiras, data da assinatura eletrônica.

(assinado eletronicamente)

ROBERT RIGOBERT LUCHT

Procurador da República

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA	Avenida Ahylon Macedo, Nº 3.086, Vila Rica - CEP 47813000 - Barreiras-BA Telefone: (77)36147400 <a href="http://www.mpf.mp.br/mpfservicos">www.mpf.mp.br/mpfservicos</a>
---	--	---